AGOSTO 2003 ■ ANO XVIII ■ Nº 580 ■ seg 18 ■ ter 19 ■ qua 20 ■ qui 21 ■ sex 22 ■ sáb 23 ■ dom 24 ■ sintufrj.org.br ■ sintufrj@sintufrj.org.br

JORNAL DO Sintufrj
FASUBRA CUT
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Assembléia Geral

Dia 19 de agosto, terça-feira, às 10h, no Quinhentão (CCS)

PAUTA:
Informes do CNG Fasubra
Avaliação e deliberação da greve

Foto: Agência Brasil

- **Nova marcha a Brasília nesta terça-feira**
- **Intensificação da luta pela implantação do PCU**
- **Câmara vota em 2º turno a reforma da Previdência**

Páginas 3, 4 e 5

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

...e caiu a Speranza

Página 7

AÇÃO. Aloísio nomeou a professora Sueli

CEG aprova novo calendário
Página 6

Veja a relação dos deputados que votaram com o governo
Página 8

Debatedores no CFCH dizem que reforma ameaça Estado brasileiro
Página 5

I Encontro de Jornalistas da UFRJ
Página 2

Carta aberta ao reitor

É inaceitável que se mantenha fechada a emergência do HU. ***Página 2***

CARTA ABERTA AO REITOR ELEITO DA UFRJ

Ao Reitor Aloísio Teixeira:

Na manhã da última terça-feira, 12 de agosto, a funcionária aposentada da UFRJ Celina Silva Lima Santos foi atropelada no Campus do Fundão, aproximadamente a cem metros do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Dona Celina não pôde ser atendida no Hospital Universitário por que o HU está com sua emergência fechada. Traduzindo: ela só poderia ser socorrida ali se tivesse prontuário, fosse paciente do HU. A orientação a quem solicitou socorro foi procurar outro hospital.

A servidora, de 78 anos, foi levada com traumatismo craniano para o Hospital Souza Aguiar: não resistiu aos ferimentos e faleceu na tarde do mesmo dia.

Não podemos afirmar que o atendimento da servidora pelo Hospital Universitário alteraria o desfecho do caso. Mas manter fechada a emergência de um hospital do porte do HU, na região metropolitana do Rio de Janeiro, extrapola todos os limites da sensatez. É um caso de irresponsabilidade criminosa e de falta de respeito com a vida só possível numa administração insensível e nefasta que conduz hoje o hospital.

É importante recordar, Sr. Reitor, que na época do fechamento da emergência por decisão da direção do HU, a medida foi denunciada pela comunidade universitária, e criticada com veemência por vários setores da opinião pública. Mas, com apoio do reitor-interventor, a violência foi mantida.

Sr. Reitor: esta situação insustentável não pode continuar.

Temos clareza de que, hoje, reabrir a emergência do HU não é uma questão simples, pois, apesar do compromisso e competência dos profissionais que lá trabalham, o desmonte deste setor é estrutural. Sua reimplantação, porém, se faz urgente para que o reitor eleito da maior universidade federal do país responda com veemência a esta insensatez, sob pena de a imagem de responsabilidade social da UFRJ ficar comprometida. ■

Aposentada morre atropelada

A funcionária aposentada Celina Silva Lima Santos, 78 anos, morreu na manhã da última sexta-feira atropelada nas proximidades do Hospital Universitário. Celina – uma companheira atuante com assídua freqüência nos movimentos da categoria e do pessoal da terceira idade – havia deixado a sede do Sindicato, poucos minutos antes de ser colhida por um veículo. Ela ainda chegou a ser atendida no hospital Souza Aguiar, mas não resistiu aos ferimentos. Dona Celina trabalhou na biblioteca do Museu Nacional durante muitos anos como encadernadora. Seu desaparecimento chocou parentes e amigos.

Falecimento

Registramos o falecimento da aposentada Geisa Martins da Rocha na terça-feira, dia 12, de ataque cardíaco. O sepultamento foi no cemitério São João Batista, às 15h, no dia 13. A missa de sétimo dia será às 18h30 nesta segunda-feira na Igreja de Santa Cruz de Copacabana – Rua Siqueira Campos, 173, 3º andar.

GREVE NA PRAIA VERMELHA

O Comando Local de Greve informa que toda quarta-feira haverá reunião na Escola de Serviço Social, às 11h, para tratar das demandas da greve na Praia Vermelha. Compareça!

REUNIÃO NA SR-4

A reunião convocada para esta terça-feira pela SR-4 com os chefes de pessoal das unidades tem caráter de rotina, segundo informou o superintendente Roberto Gambine. Não tem nenhuma relação com a greve na UFRJ.

CFCH
promove cultura

Foto: Niko Júnior

ABERTURA. Coral do Colégio de Aplicação

● A semana de integração dos cursos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) movimentou a Praia Vermelha. O evento foi aberto com a apresentação do Coral Infantil do Colégio de Aplicação da UFRJ, sob a regência de Aline Sena. Foram três dias (12, 13 e 14) de debates, apresentações culturais e exposições voltados para professores, alunos e técnicos-administrativos.

A primeira mesa-redonda, "Desafios da Modernidade para a Universidade", teve a participação dos reitores Aloísio Teixeira (UFRJ) e Nilcéa Freire (UERJ). O primeiro dia foi encerrado com a apresentação de produção teatral da Escola de Comunicação nos jardins do *campus*. No segundo dia do evento, a apresentação da Orquestra Mirim de Flauta do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, sob a regência de Roberto França, abriu os trabalhos. No início da noite a programação foi fechada com a mesa-redonda "Conjuntura Brasileira e Universidade" e participação de Carlos Nelson Coutinho (ESS/UFRJ), Laura Tavares (EEAN/UFRJ) e Luiz Antônio Cunha (CFCH/UFRJ). O último dia foi recheado de debates, tendo como temas universidade e desigualdades sociais, e globalização. A semana de integração, organizada pela decania do CFCH e pelas coordenações de integração acadêmica de Graduação, Pós-Graduação e de extensão, foi finalizada com exposição fotográfica sobre a UFRJ. ■

I Encontro de Profissionais de Comunicação da UFRJ

A Assessoria de Comunicação da UFRJ realiza o I Encontro de Profissionais de Comunicação da UFRJ, nos dias 20 e 21 de agosto, no Forum de Ciência e Cultura. Este encontro destina-se a todos os profissionais de comunicação que atuam na UFRJ (assessores de imprensa, jornalistas, produtores editoriais, gerentes de marketing, radialistas, relações públicas, fotógrafos e programadores visuais). A proposta é abrir espaço para contribuições com o objetivo de se traçar uma política de comunicação da UFRJ, de maneira a integrar estes profissionais.

A abertura, às 9h30, contará com a presença do reitor.

JORNAL DO Sintufrj
JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21944-970 - CGC:42126300/0001-61

Coordenação de Comunicação Sindical: Simone Silva, Vera Lúcia Vieira Barradas e Antonio Gutemberg Alves do Traco / **Edição:** L.C. Maranhão / **Reportagem**: Ana de Angelis, Lili Amaral e Regina Rocha. Estagiário: João Paulo Malerba / **Projeto Gráfico:** Luís Fernando Couto / **Diagramação**: Caio Souto e Luís Fernando Couto / **Ilustração:** André Amaral / **Fotografia:** Niko/ **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem**: 11 mil exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade do **Conselho Editorial:** Simone Silva, Antonio Gutemberg Alves do Traco, Agnaldo Fernandes, Ana Maria Ribeiro, Neuza Luzia e Vera Barradas / **Correspondência:** aos cuidados da Coordenação de Comunicação. **Fax:** 21 2260-9343. Tels: 2560-8615/2590-7209 ramais 214 e 215.

MOBILIZAÇÃO: ***Servidores realizam nova marcha e Fasubra vai intensificar luta pela implantação do PCU***

Vamos aumentar a pressão

● Assembléia dos funcionários da UFRJ realizada na quinta-feira, dia 14, decidiu pela continuidade da greve e reafirmou a necessidade de fortalecer as atividades do movimento contra a reforma da Previdência do governo. Outra decisão foi a de manutenção da greve como pressão para a implantação do Plano de Cargo Único (PCU), caso a paralisação unificada dos servidores chegue ao fim. A próxima assembléia foi marcada para as 10h desta terça-feira, no Quinhentão: dia 19.

Nesta terça-feira também acontece nova marcha a Brasília, desta vez convocada pela CUT e pela Confederação Nacional Trabalhadores em Educação (CNTE). Entidades de todo o país vão enviar caravanas. Os trabalhadores da UFRJ embarcam nesta segunda-feira em um ônibus. O objetivo é reforçar a pressão junto aos parlamentares na Câmara, que realiza nesta quinta-feira, dia 21, o segundo turno da votação da reforma da Previdência. Em seguida, o projeto vai para votação no Senado, também em duas rodadas. ■

Foto: Agência Brasil

MARCHA FEZ HISTÓRIA. Na luta contra o projeto de reforma previdenciária do governo, trabalhadores do setor público ocuparam Brasília no dia 6

PCU: intensificar a luta

● Na semana passada houve novo encontro entre representantes do governo e dirigentes da Fasubra, acompanhado por dois parlamentares do PT (Walter Pinheiro e Henrique Fontana), para discutir a implantação do Plano de Cargo Único. Como se sabe, o governo assumiu publicamente o compromisso de implantá-lo até o fim deste ano.

O PCU é reivindicação histórica da categoria, e fez parte do acordo da greve de 2001. Uma comissão interministerial discutiu durante mais de um mês os vários aspectos para a implantação do plano, esgotando em detalhes todas as implicações administrativas, jurídicas e financeiras do Plano de Cargo Único. Mas as negociações começaram a emperrar, e o movimento deu um prazo até quarta, dia 13, para novo pronunciamento do governo.

Na reunião da semana passada, o representante da Casa Civil, Luis Alberto, apresentou restrições legais e orçamentárias e sua discordância em relação à nossa concepção de carreira. Um posicionamento inaceitável uma vez que os pontos argumentados pelo representante do governo já tinham sido discutidos na comissão interministerial

Respostas concretas

A representação da Fasubra foi enfática em afirmar que os prazos da categoria estão praticamente esgotados e que os servidores querem respostas concretas em relação ao assunto. Para ser viabilizado, o projeto do PCU tem que ser transformado em projeto de lei e encaminhado ao Congresso. Os dirigentes da Federação destacaram como fundamental o cumrpimento do acordo de greve de 2001 e lembraram da emenda ao Orçamento de 2003 de mais de R$ 700 milhões – a Fasubra quer saber o que foi feito com o dinheiro. No plano político, a meta é intensificar a mobilização tendo como eixo a luta pelo PCU. A idéia, inclusive, é articular uma espécie de "bancada do PCU" com deputados aliados no Congresso Nacional. ■

Professores acabam greve

● Em uma votação apertada, os professores da UFRJ decidiram encerrar a greve contra a reforma da Previdência. A deliberação foi tomada em assembléia geral dia 11 de agosto, no auditório do Centro de Tecnologia, com cerca de 170 presentes. O resultado da votação - 78 a favor, 75 contra e 3 abstenções - reflete a divisão do movimento na UFRJ. O movimento em nível nacional continua.

O mesmo grupo (ECO, IFCS e Matemática) que trabalhou contra a greve nos bastidores concentrou suas baterias na primeira semana após a votação do primeiro turno na Câmara dos Deputados. A aprovação dos itens que os servidores lutam contra acabou arrefecendo o ânimo de muita gente, o que ajudou o grupo. Este grupo já havia lançado um manifesto contra a greve pela da Internet.

"Essa assembléia mostrou que há de fato concepções distintas sobre a reforma do Estado, particularmente a da Previdência. Ficou claro para mim que existem aqueles que aceitam de fato esta reforma e aqueles que não aceitam. disse Cleusa Santos, presidente da Adufrj.

Na sexta-feira, nova assembléia discutiu outras formas de participação na mobilização contra a reforma. Já foi decidido fortalecer a caravana do dia 19 que irá a Brasília, participar do ato dos intelectuais e pressionar os parlamentares do Estado. ■

MOVIMENTO

PROTESTO: ***Servidores cobram de deputados votos a favor do projeto de reforma da Previdência***

Ato no Centro

Os servidores públicos federais realizaram na sexta-feira, 15, um ato de protesto contra os deputados federais, da bancada do Rio, que votaram a favor do projeto de reforma da Previdência do governo. A manifestação foi organizada pelo Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública, atendendo à orientação do Comando Nacional de Greve. O local escolhido foi o Buraco do Lume, no Centro da Cidade, um espaço público habitualmente utilizado pelos políticos do PT para denúncias e prestação de contas de seus mandatos. Chico Alencar, que quase todas as semanas faz comício no local, foi o único que atendeu à convocatória dos trabalhadores e esteve presente no ato justificando seu voto. Ele se absteve de votar no texto-base da PEC 40, mas votou a favor do destaque que estabelece a taxação dos aposentados.

Desta vez uma versão da marcha fúnebre substituiu as adaptações de antigas músicas carnavalescas na crítica ao governo. Os servidores levaram para a praça três caixões e pirulitos com os retratos dos deputados que votaram a favor da PEC 40. O enterro simbólico "definitivo" dos parlamentares foi adiado. Ficou decidido que só acontecerá após a última votação da PEC 40, no Senado Federal. A expectativa é de que os parlamentares de esquerda revejam sua posição, quando o projeto for à votação em segundo turno no plenário da Câmara, o que vai acontecer nesta quinta-feira, dia 21. Os trabalhadores públicos também já estão atentos aos movimentos dos senadores, e dependendo de seu voto, serão enterrados juntos com os deputados que mantiverem seu voto a favor da reforma do governo.

Foto: Niko Júnior

DEBATE. Chico Alencar (no centro da foto, de camisa escura) explicou o seu voto

Justificativa

O deputado Chico Alencar falou no ato por cerca de 30 minutos. Entre vaias e muitas cobranças, tentou explicar aos servidores as razões que o levaram a se abster em vez de votar contra a PEC 40 e, depois, mudar a posição votando favorável no destaque da taxação dos inativos.

Chico Alencar lembrou aos servidores que 30 parlamentares do PT manifestaram visão crítica ao projeto de reforma previdenciária do governo, mas apenas oito se abstiveram. "Foi uma decisão tranqüila, serena e muito pensada. Não quero sair do partido", afirmou o parlamentar, justificando sua opção de voto no plenário da Câmara. Segundo ainda o deputado, "o momento é de disputa dentro do PT, e votar abstenção é o mesmo que votar nulo e guardar espaço para essa disputa". Lembrando sua atuação no Parlamento até agora, acrescentou; "O que interessa é um mandato exercido com dignidade. E o dia que eu tiver que exercer mandato fora da rua eu renuncio." Mas Chico reconheceu que os sindicatos e a sociedade merecem respeito e, portanto, explicações, e considerou como "erro político gravíssimo do governo" a reforma da Previdência colocada no Congresso Nacional. Mas afirmou que continua apostando no governo Lula.

Confusão

A confusão, que teve como protagonista o ex-deputado federal do PT Milton Temer, que chegou chutando os bonecos e os caixões que compunham o cenário da manifestação, desrespeitando, assim, a manifestação dos servidores, tumultuou a atividade. O tumulto só terminou com a intervenção ponderada de Wladimir Palmeira. Chico foi embora com Temer e seus assessores, para surpresa dos manifestantes. "Como historiador, Chico deve saber que a História não absolve aqueles que justificam seus atos nas determinações de ordens superiores", disse a presidente da Aduff, Marina Barbosa, durante sua intervenção. ■

PREVIDÊNCIA

Falsa paridade

● O professor da UFRJ José Miguel Saldanha, especialista em Previdência Social e que integra o GT de Seguridade das entidades da UFRJ, acusa o texto do projeto de reforma da Previdência de criar uma espécie da "paridade simbólica". De acordo com Miguel, à primeira vista foi mantida a paridade para os atuais servidores quando eles se aposentarem. Mas ao se fazer a comparação com a regra em vigor da paridade (CF, art. 40, § 8º), fica evidente a omissão da referência aos "benefícios e vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função". Na opinião do professor, isto significa que uma nova gratificação pode ser criada só para os ativos, e que carreiras novas – como o projeto de Cargo Único da Fasubra ou do Andes-SN – não alcançarão os aposentados e pensionistas.

Segundo José Miguel, comentários feitos pelo ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, e pelo presidente do PT, José Genoino, após a apresentação do parecer do relator, confirmam que o governo pretende, de fato, transformar este dispositivo numa "paridade simbólica". Além disso, não está prevista a paridade para as pensões, nem mesmo no caso das rubricas remuneratórias já existentes. ■

POLÊMICA: ***Debatedores afirmam no CFCH que reforma do governo compromete o Estado***

Que Estado é este?

● Para o reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, aceitar negociação do Congresso Nacional sobre a PEC 40 é admitir o conceito de privilégio disseminado na sociedade em relação aos servidores públicos. "Eu me sinto envergonhado com isso", frisou, acrescentando: "Eu quero que isto seja visto como um processo da sociedade brasileira e não para quem é servidor." Aloísio fez esta declaração durante sua participação no debate "Para entender a Previdência", no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), na terça-feira, 12, um evento organizado pelo Núcleo de Imprensa da Escola de Comunicação (ECO), na Praia Vermelha.

Já a auditora fiscal da Previdência, Clemilce Sanfim, no mesmo debate, mostrou números oficiais que comprovam a inexistência de déficit na Previdência Social. "O governo não capitaliza nossos descontos e não coloca a parte dele como empregador. E, ainda, não usa para os cálculos todas as receitas da Seguridade Social (inúmeros impostos criados para gerar renda ao sistema); o governo só contabiliza a folha de contribuição de empregados em empresas", disse.

A atenta platéia formada por funcionários, estudantes de Comunicação e professores conheceu ainda um pouco da história da formação dos institutos que, em 1966, deram origem ao INSS. "A Previdência Social não foi inventada agora e nunca deixou de pagar ou atrasou um benefício. Esta é obra que querem liquidar para dar lugar aos fundos de pensão, que tiram dinheiro do trabalhador", afirmou Luiz Viégas, assessor da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

Debate oculto

Segundo Aloísio Teixeira, depois de 1989 o conceito de Estado democrático de direito contido na Constituição de 1988 mudou, dando lugar ao Estado neoliberal mínimo. "Eu não sei qual a concepção de Estado que está presente no governo brasileiro, hoje, porque esse debate está oculto. Mas se é o mesmo, qualquer negociação em defesa de direito adquirido e críticas à reforma com base em esvaziamento da Universidade vira privilégios. E tudo o mais que era decorrente de conceito de Estado", acentuou.

A reforma da Previdência Social em curso no Congresso Nacional vai enfraquecer ainda mais o Estado, já tão esvaziado, segundo Aloísio. Ele também prevê o aprofundamento da degradação do servidor público que, na sua avaliação, já é tão mal visto pela sociedade. As causas disso tudo têm a ver com o custeio da atividade pública, máquina emperrada e corrupção. "Há quem acredite no valor dos servidores e na reconstituição do Estado. Mas como é possível pensar na retomada do investimento sem aplicação em políticas públicas", indaga. ■

CRÍTICA: Aloísio Teixeira, Clemilce Sanfim e Luiz Viegas no debate do CFCH. Abaixo, um registro da marcha do 6 e o presidente da Câmara, João Paulo Cunha e o ministro Antônio Palocci, que se empenham para aprovação da PEC 40

Fotos: Agência Brasil

A sociedade esperava outra coisa

● Não há dúvidas: o projeto do governo nada tem a ver com as mudanças que a sociedade esperava que fossem realizadas na Seguridade Social, que hoje exclui 55% da mão-de-obra brasileira. O que está sendo feito é um ajuste de caixa que sequer irá reparar as mazelas financeiras do país e muito menos se transformará em investimento para a retomada do crescimento. Esta reforma não prevê a cobrança dos milhões de reais que são devidos pelos empresários nem cria sistema de controle para evitar as fraudes. Essa opinião foi compartilhada pelos debatedores do CFCH. O reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, que por dois anos, 1977 e 1978, ocupou o cargo de secretário-geral do Ministério da Previdência, afirma que a PEC 40 consolida a ameaça que começou com o governo Sarney - que é englobar mesmo conceito e mesma conta, ou seja: Seguridade Social e regime próprio dos servidores públicos. "A Constituição de 1988 não os colocava juntos", garantiu. Mas, segundo Aloísio, a esta confusão soma-se o desvio sistemático de recursos.

Os avanços de 1988

Para o contexto social da época, a Constituição de 1988 foi inovadora, disse Aloísio, porque permitiu avanços no campo do capital e do trabalho. "Estabeleceu direitos concretos, como o seguro-desemprego. A Seguridade Social e a Educação foram concebidas como instrumentos necessários à reprodução da força de trabalho e porta de entrada da cidadania. O seu caráter foi abrangente, unindo assistência, saúde e previdência social e o compromisso mínimo de combate à pobreza".

"Estávamos saindo da ditadura militar e a reconstituição do Estado democrático tem como instrumento indispensável o seu corpo de servidores. Um corpo específico para atender à burocracia, qualificado, a serviço da Nação. Única categoria que só trabalha por concurso público. Daí a progressão por mérito, a aposentadoria integral. Um investimento do Estado para que a sociedade possa dispor desse atendimento", afirmou Aloísio. ■

VOLTA ÀS AULAS: ***Representante dos técnicos-administrativos no Conselho questiona decisão***

CEG define calendário

O encerramento da greve dos professores provocou a revisão do calendário escolar pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG). O calendário escolar do primeiro período foi prorrogado até 30 de agosto. O início do segundo período para a maioria das unidades foi definido para 8 de setembro.

Fotos: Niko Júnior

CONSUNI. Conselho Universitário aprovou decisão do CEG

O Conselho Universitário, em sessão dia 14, manteve a decisão do CEG sobre a prorrogação e determinou o início do segundo período para até 8 de setembro e seu encerramento para até 16 de janeiro de 2004.

O Colégio de Aplicação e a Faculdade de Medicina que têm o calendário distinto iniciarão o segundo período respectivamente nos dias 18 e 25 de agosto. E o fim do segundo período ficou para 16 de janeiro de 2004, com as datas de 12 de janeiro para o CAP e 30 de janeiro para a Medicina.

Conforme a última resolução do CEG, a reavaliação foi feita logo após o fim da greve. A discussão na sessão do dia 13 girou em torno do reconhecimento formal do conselho diante da realidade estrutural da UFRJ em que várias unidades conseguiram cumprir seus prazos, mais com a preocupação de se manter a unidade institucional da universidade. Três propostas foram à votação e a vencedora foi a dos professores Ana Canen (CFCH), e Antonio Cláudio (CT). A bancada dos técnico-administrativos, representada por Ana Maria Ribeiro, se absteve em virtude de o movimento ainda continuar em greve.

Declaração de voto

O questionamento da representante dos técnico-administrativos, Ana Maria Ribeiro, já havia sido motivo de debate no CEG. Pois estabelecer um calendário ainda com os funcionários em greve significa que o restabelecimento das atividades não será total. Ana Maria declarou o voto defendendo o respeito à greve dos funcionários: "Nossa abstenção nesta votação se deve ao fato de que entendemos que as atividades acadêmicas não estarão sendo completamente regularizadas, em função da continuidade da greve dos funcionários técnico-administrativos, sem indicativo de retorno. E que os prazos e datas do calendário acadêmico-administrativo deverá respeitar o nosso movimento grevista, não aceitando atitudes de docentes substituindo as funções dos funcionários". ■

REUNIÃO

Debate: saúde do trabalhador

● As discussões sobre uma inovadora política de saúde do trabalhador prosseguem a todo vapor. O Grupo de Trabalho em Saúde do Trabalhador, composto por representantes de diversas unidades, decanias, sub-reitorias, SINTUFRJ e Adufrj, discute uma proposta conjunta de política institucional de saúde que atue de forma global. O Ministério do Planejamento já mostrou interesse na iniciativa da UFRJ e pode utilizá-la na elaboração de uma Política Nacional de Saúde do Trabalhador. O grupo iniciou seus trabalhos após o seminário do dia 2 de julho, e desde então se reúne duas vezes por semana preparando uma proposta que será lançada para apreciação e discussão com por toda a comunidade acadêmica num seminário previsto para os dias 17 e 18 de setembro.

O objetivo do seminário é legitimar a proposta através de ponderações da comunidade universitária para que seja implantada ainda em 2004. Vânia Glória, diretora da Divisão de Assistência à Saúde do Trabalhador (DVST) afirma que o trabalho tem sido produtivo: "A diversidade do grupo enriquece a proposta e dinamiza o trabalho. A democracia é uma característica marcante do grupo; estamos abertos a novos participantes e propostas." A proposta pretende abarcar diversas iniciativas isoladas numa política que atinja toda a Universidade. ■

SAÚDE DO TRABALHADOR. Grupo avança nas discussões para uma política integrada

Intervenção: ***Reitor destitui diretora da Faculdade de Educação e nomeia decana como interventora***

A queda de Speranza

Os tempos são outros na UFRJ: a diretora da Faculdade de Educação, Speranza França da Mata, foi destituída pelo reitor Aloísio Teixeira. Speranza ignorou decisão do Conselho de Ensino para Pós-Graduados que havia anulado o edital do Curso de Pós-Graduação da Faculdade – medida avalizada pelo Conselho Universitário. Ela entrou na Justiça para tentar reverter a decisão e perdeu. Diante desta última ação de Speranza, o reitor decidiu afastar a diretora e nomear a decana do CFCH Sueli de Almeida como interventora.

Segundo Sueli de Almeida, o objetivo é resolver todos os problemas existentes com os professores e técnicos-administrativos – causados por Speranza – e evitar que o Ministério da Educação descredencie o curso de pós-graduação, cuja avaliação vem baixando de forma acentuada. "Vamos recuperar a faculdade", disse Sueli, que no curso desta semana vai definir sua linha de trabalho.

Abuso de autoridade

A atuação da professora Speranza França da Mata à frente da Faculdade de Educação é uma crônica de arbítrio e abuso de autoridade, como o Jornal do SINTUFRJ denunciou em várias reportagens. Ela criou dificuldades e perseguiu funcionários e professores. Um dos seus alvos foi o ex-presidente do Andes, professor Roberto Leher, que foi afastado pela diretora. Há um mês o professor Marcelo Correa e Castro, numa entrevista, foi incisivo."Estamos ainda enfrentando (na Faculdade de Educação) o que a UFRJ viveu na gestão Vilhena: uma anormalidade total", disse, ao definir a atuação de Speranza. Correa e Castro é professor da Faculdade de Educação e representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) no Conselho de Ensino de Graduação (CEG).

Procurado pela reportagem para explicar a situação da Faculdade de Educação, logo depois da anulação do edital de seleção para o Curso de Pós-Graduação em Educação deliberado pelo Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), o professor disse que a decisão foi tomada diante da ação unilateral de Speranza, que publicou o edital à revelia da própria Sub-Reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa (SR-2).

A atitude de Speranza criava vários problemas para a SR-2, empenhada a todo custo para salvar o Curso de Pós-Graduação da unidade, que corre o risco de ser descredenciado pela Capes.

"O clima na faculdade é de desesperança. Apesar de todos os nossos esforços para defender a faculdade e os nossos direitos, Speranza foi vitoriosa. Ela continua a desrespeitar os colegiados e a perseguir funcionários. Não construiu nada ao longo de sua gestão. Só destruiu. O corpo de funcionários foi reduzido à metade e o programa de pós perdeu os melhores professores. Estamos engolindo sapos para salvar o curso e para que a Faculdade de Educação volte a ter o lugar que merece no cenário acadêmico", acusava Correa e Castro em recente entrevista.

Interdição

A Faculdade de Educação amanheceu na sexta-feira, 15, parcialmente interditada e com dois seguranças da UFRJ à porta. A medida foi adotada depois que a ex-diretora Speranza da Matta, ignorando a sua destituição do cargo pelo reitor, no dia anterior ocupou com assessores o seu antigo gabinete e despachou como se nada tivesse acontecido. Mas, o desvario de Speranza durou pouco.

Foi o próprio reitor quem determinou a colocação de cadeados no gabinete e nas salas de coordenações da Faculdade de Educação, na quinta-feira. A medida, segundo Aloísio, foi para evitar que documentos pudessem ser retirados pela ex-diretora.

Na sexta-feira pela manhã, Aloísio, acompanhado do Procurador Geral da UFRJ, Ronaldo Albuquerque, foi pessoalmente entregar a Speranza o boletim que oficializa o ato de destituição do cargo de diretora. Segundo Albuquerque, ela compareceu a Faculdade acompanhada de advogado e disse que irá recorrer da decisão. "Vamos adotar medidas cabíveis que sustentarão a rigorosa legalidade do ato", adiantou o Procurador da UFRJ.

Seguranças da Universidade permaneceram no fim de semana vigiando as entradas da faculdade de Educação. ■

Olho neles

ELES VOTARAM CONTRA OS SERVIDORES

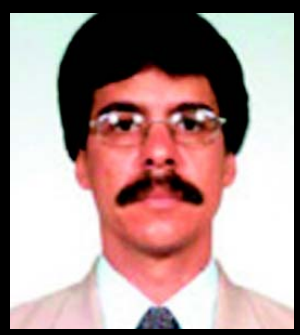
Veja os deputados federais da bancada do Rio de Janeiro que votaram ou se abstiveram no projeto de reforma do Governo na Câmara

Alexandre Cardoso
PSB

Antônio Carlos
Biscaia PT

Edson Ezequiel
PSB

João Mendes
PSL


Luiz Sérgio
PT

Roberto Jefferson
PTB

Alexandre Santos
PP

Bispo Rodrigues
PL/PSL

Elaine Costa
PTB

Jorge Bittar
PT

Paulo Baltazar
PSB

Sandro Matos
PSB

Almerinda de
Carvalho PSB

Carlos Santana
PT

Fernando Gabeira
PT

José Divino
PMDB

Paulo Feijó
PSDB

Simão Sessim
PP

Almir Moura
PL/PSL

Chico Alencar
PT

Fernando
Gonçalves PTB

Leonardo Picciane
PMDB

Renato Cozzolino
PSC

Vieira Reis
PMDB

André Luiz
PMDB

Dr. Heleno
PSDB

Francisco Donelles
PP

Lindberg Farias
PT

Reinaldo Betão
PL/PSL